

# QUALIDADE DO EMPREGO NA AGRICULTURA BRASILEIRA E SUAS DIFERENCIAÇÕES REGIONAIS, PERÍODO 2001-2004<sup>1</sup>

Otávio Valentim Balsadi<sup>2</sup>

**RESUMO:** A partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o presente estudo analisou a qualidade do emprego na agricultura brasileira e, também, nas cinco Grandes Regiões (Norte Urbano, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) no período 2001-2004. Para a análise, foi construído um Índice de Qualidade de Emprego (IQE), composto por quatro dimensões: nível educacional dos empregados; grau de formalidade do emprego; rendimento recebido no trabalho principal; e auxílios recebidos pelos empregados. O IQE foi calculado para os empregados permanentes e para os empregados temporários, levando-se em consideração o local de moradia dos mesmos (urbano ou rural). Os resultados mostraram uma melhoria do IQE para todas as categorias de empregados no período analisado. No entanto, algumas diferenciações de comportamento foram observadas: a melhoria verificada no IQE dos empregados permanentes foi bem mais significativa do que a observada para os empregados temporários; e, apesar dos avanços, o Nordeste ainda continua distante das demais regiões em termos de qualidade do emprego na agricultura, registrando os valores mais baixos para o IQE, especialmente para os residentes nas áreas rurais.

**Palavras-chave:** agricultura, emprego, Brasil, Grandes Regiões.

## REGIONAL DIFFERENCES IN EMPLOYMENT QUALITY IN BRAZILIAN AGRICULTURE OVER 2001-2004

**ABSTRACT:** Based on the National Household Survey (PNAD), this paper assessed employment quality in Brazilian agriculture as a whole and in five greater regions (Urban North, Northeast, Center-East, Southeast and South) over the 2001-2004 period. Four factors were combined to create an Employment Quality Index (EQI): educational level; degree of employment formalization; income from main occupation; and employee benefits. The EQI was calculated for permanent employment and informal work arrangements, also taking into consideration the location of the households (urban and rural). The main outcomes showed a higher EQI value for all categories, but mainly for the permanent workers. Although an important progress was verified in this period, the Northeast Region still displays the worst index of employment quality, mainly for rural dwellers.

**Key-words:** agriculture, employment, Brazil, greater regions.

**JEL Classification:** J21, J23, J43.

---

<sup>1</sup>Registrado no CCTC, ASP-05/2006.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Mestre, Pesquisador da EMBRAPA (e-mail: otavio.balsadi@embrapa.br).

## 1 - INTRODUÇÃO

Vistos pelo lado da agricultura, os primeiros anos do século XXI foram bastante favoráveis para este importante segmento da economia brasileira. Vários fatores ocorreram concomitantemente e contribuíram para esse bom desempenho: os efeitos positivos da desvalorização da moeda após a adoção do câmbio flutuante em janeiro de 1999, que propiciaram a recuperação das exportações brasileiras; os aumentos expressivos da área cultivada e da quantidade produzida de grãos e oleaginosas, com claro destaque para soja, que permitiram a obtenção de safras recordes; os ganhos de produtividade em todos os fatores de produção (terra, trabalho e capital), que aumentaram a eficiência do setor; a recuperação dos preços internacionais de algumas *commodities*, que trouxe aumento de renda para os agricultores; o incremento no volume de recursos destinados ao crédito rural, especialmente os do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que possibilitaram maiores níveis de investimento<sup>3</sup>.

Em função desse cenário, este estudo tem por objetivo fazer uma análise mais detalhada da categoria dos empregados na agricultura, a qual registrou importante crescimento no período 2001-2004<sup>4</sup>. Torna-se relevante saber se nesse período bastante favorável houve também melhorias na qualidade do emprego agrícola. A hipótese é que, pelo aumento do grau de formalidade e pelo forte crescimento de *commodities* com modernos sistemas de produção, houve melhorias na qualidade do emprego, embora deva ser ressaltada a possibilidade de comportamentos distintos para empregados permanentes e para empregados temporários, bem como para as diferentes regiões.

<sup>3</sup>Para uma análise mais detalhada destes temas, que fogem ao escopo deste estudo, ver os trabalhos de Balsadi (2005); Brandão; Rezende; Marques (2005); Gasquez et al. (2004a e 2004b).

<sup>4</sup>É importante ressaltar que, embora o ano de 2001 não tenha sido muito favorável para a agricultura, inclusive pela ocorrência de seca na Região Nordeste, a categoria dos empregados não foi a mais atingida. As reduções mais significativas nas ocupações agrícolas ocorreram com os não remunerados e com os conta própria.

## 2 - ALGUNS INDICADORES DE DESEMPENHO

Entre 2001 e 2004, a agricultura brasileira registrou taxas de crescimento bem superiores às observadas para a economia como um todo. Enquanto o PIB da agropecuária cresceu quase 30,0% em valores reais, o PIB total aumentou menos de 10,0%. Nesse período, sua participação no PIB passou de 8,4% para 10,1%, tendo registrado um valor de R\$178,3 bilhões em 2004 (Tabela 1).

Quanto às exportações agropecuárias e agroindustriais, pode-se notar que houve aumento significativo, principalmente no período posterior a 2002. Entre 2001 e 2004, houve acréscimo de cerca de US\$15,1 bilhões no volume exportado, reforçando o importante papel do setor na obtenção dos saldos positivos da balança comercial brasileira (Tabela 2). Nesse período, a participação média do setor no total das exportações foi de 41,1%. Um detalhe interessante é que o nível das importações permaneceu praticamente constante no período, com valores abaixo dos US\$5,0 bilhões (menos de 10,0% do total das importações brasileiras).

Outro fator positivo, associado ao bom desempenho da agricultura no período em questão, foi o aumento do número de empregados. Entre 2001 e 2004, houve crescimento de 443,9 mil novos empregos (ou 10,4%). É importante notar que também melhorou o grau de formalidade do emprego na agricultura brasileira: em 2001, 28,1% dos empregados tinham carteira assinada, valor que subiu para 32,3% em 2004. No período analisado, houve aumento de 26,6%, ou 320,4 mil empregados com registro em carteira (Tabela 3).

Pode-se observar que houve crescimento do número de empregados, e de empregados formalizados, em todas as regiões do País. Os maiores aumentos relativos ocorreram nas Regiões Sul e Nordeste, onde as variações foram de, respectivamente, 13,4% e 13,2% no total de empregados. Quanto ao grau de formalidade, os maiores aumentos ocorreram nas Regiões Norte Urbano (102,4%) e Nordeste (37,2%). No entanto, apesar desse desempenho, essas duas regiões eram, em 2004, as únicas com grau

**Tabela 1 - Produto Interno Bruto (PIB) da Agropecuária, Brasil, 2001-2004**  
(em R\$ de 2004)

Categoria	2001	2002	2003	2004
PIB total	1.642.689.556,12	1.674.393.464,55	1.683.518.152,41	1.766.621.034,00
Índice	100	102	102	108
PIB agropecuária	137.878.474,39	146.484.764,33	166.699.644,20	178.329.440,33
Participação (%)	8,4	8,7	9,9	10,1
Índice	100	106	121	129

Fonte: Elaborada a partir de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Tabela 2 - Balança Comercial Total e do Agronegócio, Brasil, 2001-2004**  
(em US\$ milhão)

Ano	Exportação			Importação			Saldo	
	Total Agronegócio	Part. (%)		Total Agronegócio	Part. (%)		Total	Agronegócio
2001	58.222,64	23.863,22	41,0	55.585,52	4.847,19	8,7	2.637,12	19.016,03
2002	60.361,79	24.838,89	41,2	47.222,13	4.491,60	9,5	13.139,66	20.347,29
2003	73.084,00	30.639,00	41,9	48.260,00	4.791,00	9,9	24.824,00	25.848,00
2004	96.475,00	39.016,00	40,4	62.782,00	4.881,00	7,8	33.693,00	34.135,00

Fonte: Elaborada a partir de SECEX/MDIC.

**Tabela 3 - Total de Empregados na Agricultura, Brasil<sup>1</sup> e Grandes Regiões, 2001-2004**  
(pessoas empregadas)

Brasil e grandes regiões	2001	2002	2003	2004	Variação 2001-2004	
					Absoluta	Relativa (%)
<b>Brasil</b>						
Total de empregados	4.278.439	4.466.133	4.577.850	4.722.296	443.857	10,4
Empregados com carteira	1.202.696	1.318.664	1.373.496	1.523.127	320.431	26,6
Participação (%)	28,1	29,5	30,0	32,3	4,1	14,7
<b>Norte (Urbano)</b>						
Total de empregados	134.750	122.513	153.640	146.765	12.015	8,9
Empregados com carteira	11.189	7.867	16.815	22.647	11.458	102,4
Participação (%)	8,3	6,4	10,9	15,4	7,1	85,8
<b>Nordeste</b>						
Total de empregados	1.633.456	1.813.387	1.860.749	1.849.280	215.824	13,2
Empregados com carteira	249.907	303.442	345.688	342.783	92.876	37,2
Participação (%)	15,3	16,7	18,6	18,5	3,2	21,2
<b>Centro-Oeste</b>						
Total de empregados	426.861	426.338	423.483	447.908	21.047	4,9
Empregados com carteira	141.844	149.793	150.681	176.251	34.407	24,3
Participação (%)	33,2	35,1	35,6	39,3	6,1	18,4
<b>Sudeste</b>						
Total de empregados	1.566.538	1.575.571	1.575.234	1.688.397	121.859	7,8
Empregados com carteira	635.814	671.871	656.049	775.448	139.634	22,0
Participação (%)	40,6	42,6	41,6	45,9	5,3	13,2
<b>Sul</b>						
Total de empregados	487.404	497.313	532.684	552.668	65.264	13,4
Empregados com carteira	161.288	183.995	200.488	200.672	39.384	24,4
Participação (%)	33,1	37,0	37,6	36,3	3,2	9,7

<sup>1</sup>A diferença entre o total Brasil e a soma das parcelas corresponde aos residentes na área rural do Estado de Tocantins, que são levantados pela PNAD, mas não computados na Região Norte (Urbano).

Fonte: Elaborada a partir de IBGE - Síntese de Indicadores da PNAD.

de formalidade abaixo da média nacional, que foi de 32,3%. A maior participação de empregados com carteira assinada, em 2004, era da Região Sudeste, com 45,9%, seguida pela Região Centro-Oeste, com 39,3%.

Um fato relevante verificado nas ocupações agrícolas é que, desde 2001, os empregados são a categoria mais representativa da agricultura brasileira, superando os não-remunerados e os conta própria. Em 2004, 28,7% dos ocupados eram empregados (somando os permanentes e os temporários).

### 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fonte dos dados primários utilizados no estudo da população economicamente ativa (PEA) ocupada na agricultura é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para as atividades selecionadas, os dados referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última do mês de setembro.

Por PEA ocupada entende-se o conjunto de pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte do período da semana de referência. Também fazem parte da PEA ocupada as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado, por motivo de férias, licenças, greves, entre outros.

Na PNAD, considera-se trabalho em atividade econômica o exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc) na produção de bens e serviços; b) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana (em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como conta própria, empregador ou empregado na produção de bens primários, que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura; como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo); e c) ocu-

pação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar (IBGE, 2004).

Quanto à posição na ocupação, a categoria que interessa para este estudo é a dos empregados (permanentes e temporários). Segundo as definições da PNAD, é considerado empregado a pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (IBGE, 2004).

A tabela 4 apresenta o número de casos, bastante razoável, que a PNAD captou para os empregados permanentes e temporários nos anos selecionados para análise, ou seja, 2001 e 2004.

A expansão dessas amostras, a partir dos pesos de cada pessoa entrevistada na pesquisa, resulta no número de pessoas ocupadas (Tabela 5). É importante registrar que esse total de pessoas ocupadas pode divergir levemente dos valores divulgados pelo IBGE nas Sínteses de Indicadores. Isso porque nesse total só aparecem as pessoas para as quais existiam os dados utilizados na construção do Índice de Qualidade do Emprego (IQE), que será descrito a seguir. Ou seja, só estão computados os empregados, permanentes e temporários, para os quais os dados não eram *missing*.

Como pode ser observado, os dados estão desagregados para as áreas rurais e urbanas, de acordo com o local de moradia dos empregados permanentes e temporários<sup>5</sup>. A classificação da situação do domicílio (urbana ou rural) é feita segundo a área de localização do mesmo e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico de 2001.

<sup>5</sup>Na Região Norte, os dados estão abertos apenas para os empregados com residência urbana. Isso porque somente em 2004 é que a PNAD passou a cobrir, em sua amostragem, a área rural da região Norte, o que impossibilita a comparação intertemporal.

**Tabela 4** - Número de Casos nas Amostras da PNAD para Empregado Permanente e Empregado Temporário, segundo a Área, Brasil e Grandes Regiões, 2001 e 2004

Brasil e grandes regiões	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Centro-Oeste	320	306	538	592	283	259	124	161
Nordeste	403	445	954	898	645	774	1.266	1.540
Norte Urbano	139	128	-	-	284	300	-	-
Sudeste	488	539	912	774	464	705	515	504
Sul	161	175	361	355	162	196	160	179
Total de Brasil	1.511	1.593	2.765	2.619	1.838	2.234	2.065	2.384

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 5** - Pessoas Ocupadas na Semana de Referência nas Condições de Empregado Permanente e Empregado Temporário, segundo a Área, Brasil e Grandes Regiões, 2001 e 2004

Brasil e grandes regiões	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Centro-Oeste	104.425	101.516	175.462	194.333	92.272	87.312	40.099	53.405
Nordeste	185.436	209.897	460.754	439.342	306.805	375.667	608.025	748.732
Norte Urbano	38.558	39.015	-	-	79.972	92.987	-	-
Sudeste	322.481	362.378	537.448	464.127	302.786	484.127	295.790	291.542
Sul	83.084	92.490	195.996	200.263	90.804	113.946	84.705	99.872
Total Brasil	733.984	805.296	1.369.660	1.298.065	872.639	1.154.039	1.028.619	1.193.551

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

A partir da PNAD de 1992, o IBGE introduziu novas aberturas para a situação dos domicílios, passando a incluir as seguintes situações:

- 1) áreas urbanas: áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas as áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação urbana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc.; áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores;
- 2) áreas urbanas não-urbanizadas: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização, sendo ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas;
- 3) áreas urbanas isoladas: consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município, como são os casos de vilas e distritos;
- 4) áreas rurais - extensão urbana: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município;
- 5) áreas rurais - povoados: aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender aos moradores: pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo, e pelo menos dois dos três serviços seguintes - estabelecimento de ensino de primeiro grau, posto de saúde e templo religioso de qualquer credo;

- 6) áreas rurais - núcleo: aglomerados rurais isolados (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), que dispõem ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados;
- 7) áreas rurais - outros: aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculados a um único proprietário; e
- 8) áreas rurais - "exclusive": áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como áreas rurais propriamente ditas.

Legalmente, a agregação oficial dos dados em urbano e rural, por ocasião da realização dos Censos Demográficos, segue o que é definido pelos próprios municípios. Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) e às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Esse critério também é utilizado na classificação das populações em urbana e rural. Portanto, urbano é a junção de 1, 2 e 3, ao passo que rural é a junção de 4, 5, 6, 7 e 8.

Para análise da qualidade do emprego na agricultura brasileira foi construído um IQE, baseado na metodologia desenvolvida por Balsadi (2000), cujos procedimentos básicos são os seguintes: obtenção dos indicadores simples; construção dos índices parciais, a partir das médias aritméticas dos indicadores simples, no sentido de captar as dimensões da qualidade do emprego; e cálculo do IQE, a partir das médias aritméticas dos índices parciais.

Serão descritos a seguir os indicadores simples e os índices parciais para as quatro dimensões selecionadas para avaliar a evolução da qualidade do emprego no período 2001-2004: nível educacional dos empregados; grau de formalidade do emprego; rendimento recebido no trabalho principal; e auxílios recebidos pelos empregados.

Para analisar o nível educacional das pessoas empregadas foram selecionados indicadores relacionados a dois aspectos: alfabetização e nível de escolaridade. Para isso, foram escolhidos os seguintes

indicadores simples: porcentagem de pessoas empregadas não-analfabetas ou com mais de um ano de estudo (INDALF); porcentagem de pessoas ocupadas com até quatro anos de estudo (INDESC1); e porcentagem de pessoas ocupadas com oito ou mais anos de estudo (INDESC2). Assim, o índice parcial de educação foi calculado da seguinte forma:  $INDEDUC = (INDALF + INDESC1 + INDESC2)/3$ .

Na formalidade do emprego, foram selecionados: porcentagem de empregados com idade acima de 15 anos (NINF), o que representa a proporção de trabalhadores não infantis empregada; porcentagem de empregados com jornada semanal de até 44 horas (JORN), o que corresponde à participação dos empregados sem sobretrabalho; porcentagem de empregados com carteira assinada (CART); e porcentagem de empregados contribuintes da Previdência Social (PREV). Assim, o índice parcial do grau de formalidade foi calculado da seguinte maneira:  $INDFORMAL = (NINF + JORN + CART + PREV)/4$ .

Para o rendimento obtido no trabalho principal foi calculada a porcentagem de empregados com remuneração acima de um salário mínimo (NPOB) e o rendimento médio mensal (REND). Assim, o índice parcial de rendimento foi calculado da seguinte forma:  $INDREND = (NPOB + REND)/2$ .

Nos auxílios recebidos foram selecionados: porcentagem de empregados que recebiam auxílio moradia (AUXMOR); porcentagem de empregados que recebiam auxílio alimentação (AUXALIM); porcentagem de empregados que recebiam auxílio transporte (AUXTRANS); porcentagem de empregados que recebiam auxílio educação (AUXEDUC); e porcentagem de empregados que recebiam auxílio saúde (AUXSAU). Assim, o índice parcial de auxílios recebidos foi calculado da seguinte forma:  $INDAUX = (AUXMOR + AUXALIM + AUXTRANS + AUXEDUC + AUXSAU)/5$ .

De todos esses indicadores selecionados, apenas o rendimento médio mensal precisou ser padronizado para variar de 0 a 100, segundo a fórmula:  $((\text{valor} - \text{mínimo}) / (\text{máximo} - \text{mínimo}))$ , onde o mínimo e o máximo são, respectivamente, os valores mí-

nimo e máximo do rendimento encontrados em toda a série, possibilitando a comparação intertemporal.

Vale salientar que antes de ser feita a padronização os rendimentos médios de 2001 e 2004 foram corrigidos para setembro de 2005, por meio do INPC, do IBGE. A escolha desse índice de preços deu-se pelo fato de ele ser obtido para famílias com renda na faixa de um a oito salários mínimos, o que é muito mais próximo da realidade das famílias dos empregados na agropecuária brasileira.

De forma resumida, o IQE foi calculado pela seguinte fórmula:  $IQE = (INDEDUC + INDFORMAL + INDREND + INDAUX)/4$ .

O IQE, assim obtido, é passível de comparação intertemporal. Para essa comparação, trabalhou-se com a idéia de progresso relativo, calculado pela fórmula:  $(\text{valor do índice em } t1 - \text{valor em } t0) / (100 - \text{valor em } t0)$ . O denominador mostra o máximo crescimento que seria possível a partir do ano inicial (progresso possível) e o numerador indica o crescimento obtido de fato no período considerado (progresso efetivo). A razão entre os dois valores compreende a velocidade relativa da melhoria nas condições e qualidade do emprego (KAGEYAMA e REHDER, 1993).

#### 4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS: qualidade do emprego na agricultura no período 2001-2004

##### 4.1 - Os Dados para o Total do Brasil

Os dados da tabela 6 confirmam, em nível agregado para o Brasil, a hipótese inicial. Ou seja, todas as categorias de empregados registraram melhorias na qualidade do emprego, medida pelo IQE proposto.

Com exceção dos índices parciais de educação para os empregados temporários rurais e de auxílios para os empregados temporários urbanos, que tiveram pequeno recuo, todos os demais índices apresentaram progresso relativo positivo, indicando algum tipo de melhoria. Embora deva ser ressaltado que ainda prevalecem condições muito mais favoráveis para os empregados permanentes, em relação aos

temporários. Esses resultados são determinados, mais fortemente, pelos componentes vinculados ao grau de formalidade do emprego (carteira assinada e contribuição previdenciária, principalmente), ao rendimento médio mensal e a alguns benefícios recebidos. Por isso, é importante fazer uma análise um pouco mais detalhada do IQE e dos seus índices parciais.

Primeiramente, é importante olhar para os índices parciais de modo a identificar quais deles mais contribuíram para a melhoria do IQE. Com base nos dados da tabela 7, que apresenta o progresso relativo para o período 2001-2004, e da tabela 1 do Anexo 1, que traz todos os indicadores simples utilizados no cálculo do IQE; o índice parcial de formalidade foi o mais relevante para todas as categorias, com exceção dos empregados temporários com residência rural, para os quais o índice parcial de renda foi o que apresentou maior progresso (o de formalidade ficou em segundo lugar – aliás, foram os dois únicos com relevância para esta categoria). O segundo índice parcial mais relevante para a melhoria do IQE foi o de renda.

Dentro do índice parcial, que mede o grau de formalidade do emprego, merece destaque o aumento da participação dos empregados com carteira assinada e com contribuição para a Previdência Social, que são fatores cruciais para a aposentadoria (urbana e rural), que tem se constituído em política social de caráter universal da maior importância para o bem-estar dos idosos no Brasil, especialmente daqueles residentes nas regiões menos desenvolvidas<sup>6</sup>.

Apesar de todas as categorias terem registrado aumento nesses indicadores de formalidade, é muito distante a realidade dos empregados temporários daquela observada para os empregados permanentes. Enquanto os temporários rurais e urbanos tiveram apenas 4,8% e 14,2%, respectivamente, de carteira assinada em 2004, os permanentes rurais e urbanos tiveram 49,6% e 50,0%, respectivamente. Para a contribuição previdenciária, o quadro foi muito semelhante (Tabela 1 do Anexo 1).

<sup>6</sup>Sobre a importância dos benefícios da aposentadoria, especialmente da aposentadoria rural, ver os trabalhos de Delgado (1997) e Delgado; Cardoso Junior (1999).

**Tabela 6** - Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Brasil, 2001 e 2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDEDUC	41,9	43,5	42,0	42,8	37,8	40,6	41,1	40,7
INDFORMAL	53,2	59,0	55,2	58,3	39,3	42,7	37,5	39,4
INDRENDIA	60,4	64,4	52,2	53,3	31,6	34,8	15,2	19,4
INDAUX	20,2	21,7	23,0	23,5	13,7	13,5	9,5	9,6
IQE	43,9	47,2	43,1	44,5	30,6	32,9	25,8	27,3

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 7** - Progresso Relativo do IQE dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Brasil, 2001-2004

Índices parciais e IQE	(em %)			
	Empregado permanente		Empregado temporário	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
INDEDUC	2,8	1,3	4,4	-0,6
INDFORMAL	12,3	6,9	5,6	3,1
INDRENDIA	10,3	2,5	4,8	5,0
INDAUX	1,8	0,7	-0,1	0,2
IQE	5,9	2,5	3,3	2,0

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

Embora os temporários rurais tenham registrado seu maior progresso relativo no índice parcial de renda no período 2001-2004, seus ganhos continuam muito distantes das demais categorias. Em 2004, eles recebiam, em média, R\$194,45 (preços reais de setembro de 2005), contra R\$279,05 dos temporários urbanos, R\$359,35 dos permanentes rurais e R\$425,95 dos permanentes urbanos.

No outro extremo, o índice parcial relacionado aos auxílios recebidos pelos empregados (moradia, alimentação, transporte, educação e saúde) foi o que teve menor impacto nas melhorias registradas pelo IQE. Para finalizar esse item, apenas mais alguns comentários sobre o IQE e seus índices parciais:

- 1) os empregados permanentes urbanos, que possuem o melhor IQE, foram também os que apresentaram o maior progresso relativo no período (5,9%), enquanto os empregados temporários rurais, que possuem o pior IQE, foram os que tiveram o menor progresso relativo (2,0%);
- 2) no índice parcial de educação merecem destaque positivo: o aumento da participação dos emprega-

- dos alfabetizados ou com mais de um ano de estudo (ou seja, os empregados não-analfabetos) em todas as categorias; e o aumento da participação dos empregados com oito anos ou mais de estudo em todas as categorias, com destaque para os permanentes urbanos; fatos que compensaram a redução dos empregados com até quatro anos de estudo;
- 3) no índice parcial de formalidade também houve melhoria na participação dos empregados com jornada regular de até 44 horas semanais e na redução do trabalho infantil, cuja maior participação, em 2004, foi de 4,1% entre os temporários rurais;
- 4) no índice parcial de renda, os valores observados para a participação de empregados que receberam mais de um salário mínimo por mês não apresentaram desempenho tão significativo, embora tais participações ainda sejam muito discrepantes entre as categorias: em 2004, 27,7% dos temporários rurais recebiam mais de um salário mínimo mensal, contra 38,2% dos temporários urbanos, 56,1% dos permanentes rurais e 62,4% dos permanentes urbanos;

- 5) ainda no índice parcial de renda, vale destacar o aumento real dos rendimentos médios mensais de todas as categorias no período 2001-2004: 6,0% para os permanentes urbanos; 4,2% para os permanentes rurais; 11,6% para os temporários urbanos; e 12,3% para os temporários rurais, que apesar desse ganho ainda continuam recebendo menos da metade do que recebem os permanentes urbanos (Tabela 1 do Anexo 1); e
- 6) para o índice parcial de auxílios recebidos, vale reforçar que apresentou progresso relativo muito baixo no período 2001-2004, e também que: o auxílio moradia, como era de se esperar, é o mais relevante para os empregados permanentes com residência rural, seguido pelo auxílio alimentação; os auxílios moradia, alimentação e transporte têm participações relativamente próximas para os permanentes urbanos; os auxílios alimentação e transporte são os mais relevantes para os temporários urbanos; o auxílio alimentação é o mais importante para os temporários rurais; o auxílio educação é inexpressivo em todas as categorias; e o auxílio saúde tem maior relevância para os empregados permanentes (urbanos e rurais).

#### 4.2 - Dados para as Grandes Regiões

Neste item, o intuito é tecer alguns breves comentários sobre o comportamento do IQE para as cinco grandes regiões. A relevância disso reside no fato de se fazer melhor qualificação da análise da qualidade do emprego na agricultura, além do nível mais agregado das categorias para um nível mais detalhado. Será possível, também, verificar as diferenças regionais no comportamento do IQE.

##### 4.2.1 - Norte Urbano

Inicialmente, vale ressaltar que tanto os empregados permanentes quanto os temporários da Região Norte Urbano ocupados na agricultura apre-

sentaram melhorias no IQE no período 2001-2004 (Tabela 8).

O maior progresso relativo foi registrado para os permanentes urbanos (8,3%, contra apenas 1,9% para os temporários). Essa melhoria no IQE dos empregados permanentes foi motivada pelos avanços ocorridos nos índices parciais relacionados ao grau de formalidade (16,8%) e à renda (20,0%) (Tabela 9).

No índice parcial que mede o grau de formalidade, é importante destacar que todos os indicadores simples (redução do trabalho infantil, melhoria da jornada regular de trabalho, empregados com carteira assinada e empregados com contribuição para a Previdência Social) apresentaram bom desempenho. Em 2001, 20,3% dos empregados permanentes tinham registro em carteira, enquanto em 2004 esse valor subiu para 35,5%. Para a contribuição previdenciária, os valores foram bem próximos (Tabela 2 do Anexo 1). Também pode ser citada a baixa participação dos empregados com quinze anos ou menos (trabalho infantil) em 2004 (apenas 0,4%).

No índice parcial de renda houve aumento da participação dos empregados que recebiam mais de um salário mínimo (59,4%, em 2004, contra 55,4% em 2001) e ganho real de 16,2 % no rendimento médio mensal no período analisado.

Quanto aos empregados temporários, o modesto progresso do IQE foi consequência, principalmente, do progresso relativo registrado nos índices parciais de educação e formalidade, pois os demais sofreram recuo (-5,7% para o índice de renda e -2,5% para o índice de auxílios).

No nível educacional, houve avanços na participação dos empregados alfabetizados e também dos empregados com até quatro anos de estudo e com oito ou mais anos de estudo. Também no índice parcial de formalidade, a melhoria foi generalizada em todos os indicadores simples. No entanto, é preciso observar a grande discrepância dos indicadores de carteira assinada e contribuição previdenciária dos empregados temporários em relação aos perma-

**Tabela 8** - Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Norte Urbano, 2001 e 2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDEDUC	42,9	41,6	-	-	34,2	40,2	-	-
INDFORMAL	43,2	52,7	-	-	32,5	37,1	-	-
INDRENDIA	54,4	63,5	-	-	39,7	36,2	-	-
INDAUX	23,6	25,6	-	-	19,8	17,8	-	-
IQE	41,0	45,9	-	-	31,5	32,8	-	-

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 9** - Progresso Relativo do IQE dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Norte Urbano, 2001 e 2004

Índices parciais e IQE	(em %)			
	Empregado permanente		Empregado temporário	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
INDEDUC	-2,2	-	9,1	-
INDFORMAL	16,8	-	6,8	-
INDRENDIA	20,0	-	-5,7	-
INDAUX	2,6	-	-2,5	-
IQE	8,3	-	1,9	-

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

mentes. Em 2004, apenas 3,9% dos temporários tinham registro em carteira, e somente 4,2% eram contribuintes da Previdência Social (Tabela 2 do Anexo 1).

#### 4.2.2 - Região Nordeste

Pode-se verificar que também na Região Nordeste houve melhoria do IQE de todas as categorias de empregados ocupados na agricultura. No entanto, esse progresso não foi suficiente para tirar da Região Nordeste a condição de ter os menores IQEs, em 2004, dentro de todas as categorias. Isto é, os IQEs calculados para os empregados permanentes (urbanos e rurais) e temporários (urbanos e rurais) nordestinos foram os menores de todo o Brasil, ficando inclusive bem abaixo das médias nacionais (Tabelas 10 e 11).

Os empregados permanentes urbanos, que possuem o melhor IQE, foram os que tiveram o maior progresso relativo no período (5,0%). A melhoria

no IQE foi proporcionada, mais fortemente, pelos progressos ocorridos nos índices parciais de educação (10,5%) e formalidade (8,1%).

No nível educacional, verificou-se importante melhoria na participação dos empregados alfabetizados e daqueles com oito anos ou mais de estudo. Quanto ao grau de formalidade, houve aumento dos empregados com jornada regular (48,5%, em 2004, contra 41,8% em 2001) e crescimento na participação dos empregados com carteira assinada e com contribuição para a Previdência Social, cujos valores respectivos, em 2004, foram 43,0% e 43,5% (Tabela 3 do Anexo 1). Ainda vale a pena mencionar o aumento real de 12,2% no rendimento médio mensal no período 2001-2004, que impactou positivamente o progresso do índice parcial de renda.

Os empregados permanentes rurais registraram pequeno progresso relativo de seu IQE (1,6%), que foi devido aos avanços nos índices de formalidade e educação. Para melhoria do grau de formalidade, as principais contribuições foram dos indicadores de jornada regular do trabalho, de car-

**Tabela 10** - Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Nordeste, 2001 e 2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDEDUC	31,0	36,6	28,9	31,2	31,7	36,6	31,6	34,6
INDFORMAL	53,3	58,2	50,4	53,6	42,5	44,8	42,8	45,6
INDRENTA	32,1	36,2	25,3	24,6	8,0	10,2	2,4	5,5
INDAUX	14,2	13,0	16,9	16,7	7,5	8,6	6,4	7,1
IQE	32,6	36,0	30,4	31,5	22,4	25,1	20,8	23,2

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 11** - Progresso Relativo do IQE dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Nordeste, 2001 e 2004

Índices parciais e IQE	(em %)			
	Empregado permanente		Empregado temporário	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
INDEDUC	8,1	3,3	7,2	4,3
INDFORMAL	10,5	6,4	4,0	4,9
INDRENTA	6,0	-0,9	2,5	3,1
INDAUX	-1,4	-0,3	1,2	0,7
IQE	5,0	1,6	3,5	3,0

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

teira assinada e de contribuição previdenciária. No nível educacional, o maior avanço foi na participação dos empregados alfabetizados e com mais de um ano de estudo (53,2%, em 2004).

Os empregados temporários nordestinos, apesar de registrarem progressos relativos de 3,5% e 3,0%, respectivamente, para os urbanos e rurais, ainda possuem os menores IQEs do Brasil. Além da pequena participação dos empregados com carteira assinada e com contribuição para a Previdência Social, da baixa participação dos auxílios recebidos, o que chama muito a atenção é a disparidade na questão da renda. Em 2004, apenas 11,5% dos temporários urbanos e 6,5% dos temporários rurais recebiam mais de um salário mínimo por mês. Nesse mesmo ano, essas duas categorias, apesar dos ganhos reais verificados no período analisado, tiveram os menores rendimentos médios mensais do Brasil: R\$166,50 para os temporários rurais e R\$185,20 para os temporários urbanos (Tabela 3 do Anexo 1).

#### 4.2.3 - Região Centro-Oeste

Na Região Centro-Oeste, o progresso relativo dos IQEs foi muito mais favorável aos empregados permanentes, urbanos e rurais, que possuem os maiores IQEs do Brasil. Isso evidencia que essas categorias foram muito beneficiadas com a expansão dos grãos e oleaginosas, especialmente soja e algodão, verificada na Região no período recente (Tabelas 12 e 13). Tanto para os permanentes urbanos quanto para os permanentes rurais, os índices parciais que mais influenciaram o progresso relativo dos IQEs foram, claramente, os de renda e formalidade.

No índice de renda, dois resultados chamam muita atenção: primeiro, que, em 2004, 82,4% dos empregados permanentes urbanos e rurais recebiam mais de um salário mínimo por mês; segundo, que, em 2004, essas duas categorias tinham os maiores rendimentos médios mensais do Brasil – R\$566,16 para os urbanos e R\$535,52 para os rurais (Tabela 4 do Anexo 1).

**Tabela 12** - Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Centro-Oeste, 2001 e 2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDEDUC	43,0	44,3	45,1	46,1	39,7	39,6	39,5	38,0
INDFORMAL	49,0	54,7	53,8	58,2	35,6	35,4	33,1	31,7
INDRENDIA	88,1	91,2	85,1	87,6	50,9	53,3	37,0	45,1
INDAUX	25,1	27,6	30,9	31,5	19,4	16,3	15,8	13,4
IQE	51,3	54,4	53,7	55,8	36,4	36,1	31,3	32,0

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 13** - Progresso Relativo do IQE dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Centro-Oeste, 2001-2004

Índices parciais e IQE	(em %)			
	Empregado permanente		Empregado temporário	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
INDEDUC	2,4	1,7	-0,2	-2,5
INDFORMAL	11,2	9,4	-0,4	-2,0
INDRENDIA	25,6	16,6	4,8	12,8
INDAUX	3,3	0,9	-3,8	-2,9
IQE	6,4	4,5	-0,5	1,0

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da Pnad.

As melhorias no grau de formalidade foram decorrência, basicamente, do aumento da participação dos empregados com carteira assinada e com contribuição para a Previdência Social. Para os permanentes urbanos, essas participações variaram de, respectivamente, 38,9% e 39,5%, em 2001, para 49,2% e 49,9%, em 2004. Para os permanentes rurais, essas participações variaram de, respectivamente, 48,6% e 49,3%, em 2001, para 56,8% e 57,6%, em 2004.

O único índice que, pelo menos, manteve o IQE dos empregados temporários, urbanos e rurais, foi o de renda. No período 2001-2004, houve ganhos reais de 5,5% e 15,2%, respectivamente, no rendimento médio mensal, e também registrou-se aumento na participação dos empregados que recebiam mais de um salário mínimo (Tabela 4 do Anexo 1). Todos os demais índices parciais (educação, formalidade e auxílios) apresentaram queda no progresso relativo, mostrando a situação claramente desfavore-

rável para essas categorias.

#### 4.2.4 - Região Sudeste

Para a Região Sudeste, valem dois comentários iniciais: os maiores progressos relativos verificados no período 2001-2004 foram para os empregados temporários, urbanos e rurais; o IQE dos temporários urbanos, em 2004, aproximou-se muito do IQE dos permanentes rurais (Tabela 14).

O aumento do IQE dos temporários urbanos (8,2%) foi determinado, principalmente, pelos progressos verificados nos índices parciais de formalidade (19,7%) e renda (12,8%). No grau de formalidade, o principal destaque foi o aumento da participação dos empregados com carteira assinada e com contribuição previdenciária. Em 2004, 44,0% dos temporários urbanos tinham registro em carteira, contra 29,0% em 2001. Para os contribuintes da

**Tabela 14** - Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Sudeste, 2001 e 2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDEDUC	47,5	47,1	45,5	46,0	44,5	45,3	43,5	45,4
INDFORMAL	64,7	68,4	58,3	60,0	47,9	58,1	39,0	42,6
INDRENDA	67,5	66,7	53,0	49,4	41,4	48,9	15,9	20,6
INDAUX	16,4	20,4	22,6	20,8	11,9	14,0	6,6	8,7
IQE	49,0	50,6	44,9	44,1	36,4	41,6	26,2	29,3

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

Previdência Social, os valores foram muito próximos (Tabela 5 do Anexo 1).

Quanto aos rendimentos, no período em questão, houve ganhos reais de 13,8% no rendimento médio mensal dos temporários urbanos e, também, aumento da participação dos empregados que recebiam mais de um salário mínimo por mês.

O progresso relativo observado para os temporários rurais seguiu, basicamente, os mesmos passos do que foi verificado para os temporários urbanos (Tabela 15). Ou seja, os índices parciais de formalidade e renda foram os que mais influenciaram o comportamento verificado. No entanto, vale citar que alguns indicadores simples para a categoria dos temporários rurais são muito desfavoráveis, comparativamente aos urbanos. Em 2004, apenas 9,5% dos temporários rurais tinham registro em carteira, somente 9,9% contribuíam para a Previdência Social, e, apesar do ganho real de 12,5% no rendimento médio mensal, eles recebiam 66,6% do que recebiam os temporários urbanos.

Para os empregados permanentes, vale a pena destacar: o IQE dos rurais registrou pequena queda, que só não foi maior pelo progresso relativo positivo do índice parcial de formalidade (4,1%); o avanço de 3,1% no IQE dos urbanos foi ocasionado pelo desempenho positivo dos índices de formalidade (10,4%), com destaque para a melhoria da jornada regular de trabalho semanal e o aumento dos empregados com registro em carteira e com contribuição previdenciária, e de auxílios recebidos (4,8%), com destaque para alimentação, transportes e saúde (Tabela 5 do Anexo 1).

#### 4.2.5 - Região Sul

Na Região Sul, os principais destaques foram os significativos progressos no IQE da categoria dos empregados permanentes, urbanos e rurais, e o fato de ter sido, disparado, o índice parcial de renda o principal responsável por esse comportamento (Tabelas 16 e 17).

Para os permanentes urbanos, houve aumento real de 41,6% no rendimento médio mensal, e, em 2004, eles receberam o terceiro maior valor do Brasil (R\$525,64). Para os rurais, o aumento real no período foi de 14,3%, sendo que, em 2004, eles possuíam o quinto maior rendimento médio mensal (R\$424,43) (Tabela 6 do Anexo 1).

Os empregados permanentes ainda tiveram bom progresso relativo no índice de formalidade (10,9% para os urbanos e 7,3% para os rurais). Aqui também merecem destaque os aumentos de participação dos empregados com registro em carteira e contribuintes da Previdência Social, cujos valores, em 2004, foram 55,5% e 56,4%, e 56,0% e 57,0%, respectivamente, para os urbanos e para os rurais.

Os empregados temporários, urbanos e rurais, por sua vez, tiveram um modesto progresso relativo nos seus respectivos IQEs (1,9% e 1,5%). Para os urbanos, contou o pequeno desempenho positivo de todos os índices parciais, enquanto para os rurais os principais destaques foram os índices de formalidade e renda. Os IQEs calculados para a Região Sul mostram claramente as melhores condições de emprego para os permanentes, independentemente do seu local de moradia. O IQE dos tempo-

**Tabela 15** - Progresso Relativo do IQE dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Sudeste, 2001 e 2004

(em %)

Índices parciais e IQE	Empregado permanente		Empregado temporário	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
INDEDUC	-0,9	0,9	1,6	3,4
INDFORMAL	10,4	4,1	19,7	5,9
INDRENTA	-2,6	-7,7	12,8	5,5
INDAUX	4,8	-2,3	2,4	2,3
IQE	3,1	-1,5	8,2	4,2

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 16** - Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Sul, 2001 e 2004

Índices parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDEDUC	45,3	48,0	48,5	47,8	38,9	40,6	49,7	44,6
INDFORMAL	56,0	60,8	58,2	61,3	38,1	38,2	33,8	37,8
INDRENTA	60,6	80,6	59,6	67,9	26,4	28,9	21,5	26,8
INDAUX	21,8	21,5	21,6	24,9	9,5	10,9	8,9	9,2
IQE	45,9	52,7	47,0	50,5	28,2	29,6	28,5	29,6

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 17** - Progresso Relativo do IQE dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Sul, 2001 e 2004

(em %)

Índices parciais e IQE	Empregado permanente		Empregado temporário	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
INDEDUC	5,0	-1,4	2,8	-10,1
INDFORMAL	10,9	7,3	0,1	6,1
INDRENTA	50,8	20,5	3,3	6,8
INDAUX	-0,4	4,2	1,6	0,3
IQE	12,6	6,6	1,9	1,5

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

rários, tanto urbanos quanto rurais, está muito distante do IQE dos permanentes.

#### 4.3 - O Ranking para o IQE

Feitas as análises do IQE para o total do Brasil e para as cinco grandes regiões, pode-se fazer um *ranking* dos índices obtidos, de modo a saber qual categoria de empregado, em qual região, apresentou, dentro dos limites metodológicos adotados, a

melhor qualidade do emprego agrícola. Esse *ranking*, feito com base em 2004, é apresentado na tabela 18.

Pode-se observar que a Região Centro-Oeste apresentou os dois melhores IQEs, tanto em 2001 quanto em 2004, com os empregados permanentes rurais, em primeiro, e os empregados permanentes urbanos, em segundo. A seguir, vieram os empregados permanentes urbanos da Região Sul, os empregados permanentes urbanos da Região Sudeste e os empregados permanentes rurais da Região Sul. Essas

**Tabela 18** - Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Brasil e Grandes Regiões, 2001 e 2004

Categoria	IQE		Progresso relativo 2001-2004 (%)
	2001	2004	
Empregado permanente rural - Centro-Oeste	53,7	55,8	4,5
Empregado permanente urbano - Centro-Oeste	51,3	54,4	6,4
Empregado permanente urbano - Sul	45,9	52,7	12,6
Empregado permanente urbano - Sudeste	49,0	50,6	3,1
Empregado permanente rural - Sul	47,0	50,5	6,6
Empregado permanente urbano - Brasil	43,9	47,2	5,9
Empregado permanente urbano - Norte	41,0	45,9	8,3
Empregado permanente rural - Brasil	43,1	44,5	2,5
Empregado permanente rural - Sudeste	44,9	44,1	-1,5
Empregado temporário urbano - Sudeste	36,4	41,6	8,2
Empregado temporário urbano - Centro-Oeste	36,4	36,1	-0,5
Empregado permanente urbano - Nordeste	32,6	36,0	5,0
Empregado temporário urbano - Brasil	30,6	32,9	3,3
Empregado temporário urbano - Norte	31,5	32,8	1,9
Empregado temporário rural - Centro-Oeste	31,3	32,0	1,0
Empregado permanente rural - Nordeste	30,4	31,5	1,6
Empregado temporário urbano - Sul	28,2	29,6	1,9
Empregado temporário rural - Sul	28,5	29,6	1,5
Empregado temporário rural - Sudeste	26,2	29,3	4,2
Empregado temporário rural - Brasil	25,8	27,3	2,0
Empregado temporário urbano - Nordeste	22,4	25,1	3,5
Empregado temporário rural - Nordeste	20,8	23,2	3,0

Fonte: Elaborada a partir dos Microdados da PNAD.

cinco categorias tiveram IQE acima do melhor IQE calculado para o total do Brasil, que foi o dos empregados permanentes urbanos.

Por outro lado, a Região Nordeste apresentou os dois piores IQEs, também em 2001 e 2004, obtidos para os empregados temporários urbanos e para os empregados temporários rurais. É interessante notar que o melhor IQE da Região Nordeste, dos empregados permanentes urbanos, só é maior (e, assim mesmo, nem tanto) que o IQE das categorias de empregados temporários das demais regiões. Ou seja, na média, a melhor condição de emprego na Região Nordeste é relativamente próxima à pior condição de emprego nas demais regiões, o que ainda mantém aceso o debate sobre a urgente necessidade de políticas para a redução das desigualdades regionais.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função do cenário bastante favorável para agricultura, também marcado pelo aumento do número de empregados (e dos empregados formais) no período 2001-2004, este estudo procurou analisar a evolução da qualidade do emprego nesse importante segmento econômico. Para isso, foi construído um IQE, composto por quatro dimensões: nível educacional dos empregados; grau de formalidade do emprego; rendimento no trabalho principal; e auxílios recebidos pelos empregados.

Os principais resultados obtidos podem ser assim sintetizados:

- 1) os IQEs obtidos comprovaram a hipótese inicial, evidenciando a melhoria geral nos dados agrega-

dos para o Brasil. No entanto, houve diferenciações importantes por categoria de empregado e por grandes regiões.

- 2) um fato preocupante é que os empregados permanentes urbanos, que possuem o melhor IQE, foram também os que apresentaram o maior progresso relativo no período (5,9%), enquanto os empregados temporários rurais, que possuem o pior IQE, foram os que tiveram o menor progresso relativo (2,0%);
- 3) apesar dos avanços no IQE dos empregados temporários, a situação dos empregados permanentes é muito melhor: os cinco melhores IQEs obtidos foram para empregados permanentes; já entre os dez piores IQEs regionais, oito são para empregados temporários e apenas dois para empregados permanentes; e
- 4) os IQEs obtidos para as grandes regiões evidenciaram a Região Centro-Oeste como o melhor local de trabalho para os empregados, ao passo que a Região Nordeste ficou com as condições mais desfavoráveis.

No período 2001-2004, os empregados representaram, em média, 27,8% do total dos ocupados na agricultura brasileira, constituindo-se na principal categoria. Para eles, o cenário favorável verificado no setor refletiu-se em avanços, mesmo que modestos em alguns casos, nas condições de trabalho. Como o processo não foi homogêneo para todas as categorias de empregados e grandes regiões, restam como maiores desafios a melhoria nas condições de emprego para os empregados temporários, urbanos e rurais, que continuam com elevados níveis de precarização, e para os trabalhadores da Região Nordeste, que

continua muito distante das demais quando o tema é qualidade do emprego na agricultura.

#### LITERATURA CITADA

BALSADI, O. V. **Características do emprego rural no estado de São Paulo nos anos 90**. 2000. Dissertação (Mestrado.) Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

\_\_\_\_\_. Comportamento das ocupações na agropecuária brasileira no período 1999-2003. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 9, p. 38-49, set. 2005.

BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C. DE; MARQUES, R. W. da C. **Crescimento agrícola no período 1999-2004, explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2005. 21 p. (Texto para Discussão, n.1062).

DELGADO, C. **Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica**. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, n. 477).

\_\_\_\_\_; CARDOSO JUNIOR, J. C. **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. Brasília: IPEA, dez. 1999. (Texto para Discussão, n. 688).

GASQUEZ, J. G. et. al. **Condicionantes da produtividade da agropecuária brasileira**. Brasília: IPEA, abr. 2004a. 30 p. (Texto para Discussão, n. 1017).

\_\_\_\_ et al. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Brasília: IPEA, fev. 2004b. 40p. (Texto para Discussão, n.1009).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro, 2004. 27 p.

KAGEYAMA, A.; REHDER, P. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 23-44, jan./mar. 1993.

---

Recebido em 10/01/2006. Liberado para publicação em 03/05/2006.

**QUALIDADE DO EMPREGO NA AGRICULTURA BRASILEIRA E SUAS  
DIFERENCIAÇÕES REGIONAIS, PERÍODO 2001-2004**

**Anexo 1**

**Tabela A.1.1 - Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Urbano e Rural, Brasil, 2001 e 2004**

Índices Parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDALF	73,2	77,7	73,2	76,4	65,8	73,1	69,3	73,0
INDESC1	44,9	39,6	47,7	45,4	44,2	42,7	50,0	44,0
INDESC2	7,7	13,3	5,1	6,6	3,6	5,9	3,9	5,0
INDEDUC	41,9	43,5	42,0	42,8	37,8	40,6	41,1	40,7
NINF	98,0	98,0	97,6	98,6	96,1	96,3	93,6	95,9
JORN	32,1	37,3	32,1	34,6	38,4	45,7	50,0	51,8
CART	41,2	50,0	44,9	49,6	11,1	14,2	2,9	4,8
PREV	41,7	50,6	46,1	50,4	11,7	14,6	3,3	5,2
INDFORMAL	53,2	59,0	55,2	58,3	39,3	42,7	37,5	39,4
NPOB	60,0	62,4	57,2	56,1	38,6	38,2	24,2	27,7
REND <sup>1</sup>	401,82	425,95	344,84	359,35	250,07	279,05	173,16	194,45
RENDP	60,7	66,5	47,1	50,6	24,5	31,4	6,1	11,2
INDRENDA	60,4	64,4	52,2	53,3	31,6	34,8	15,2	19,4
AUXMOR	26,6	26,3	71,5	68,6	12,3	10,7	12,7	13,4
AUXALIM	38,3	40,4	29,9	31,8	25,8	26,7	27,0	23,3
AUXTRANS	27,0	33,9	8,1	10,1	27,9	28,5	6,2	9,1
AUXEDUC	1,0	0,9	0,5	1,1	0,3	0,2	0,2	0,2
AUXSAU	8,1	6,9	5,1	6,1	2,0	1,6	1,1	2,3
INDAUX	20,2	21,7	23,0	23,5	13,7	13,5	9,5	9,6
IQE	43,9	47,2	43,1	44,5	30,6	32,9	25,8	27,3

<sup>1</sup>Valores em R\$, corrigidos para setembro de 2005 pelo INPC do IBGE.

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela A.1.2 - Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Urbano e Rural, Região Norte Urbano, 2001 e 2004**

Índices Parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDALF	73,9	75,2	-	-	61,0	69,8	-	-
INDESC1	47,9	36,4	-	-	40,2	44,2	-	-
INDESC2	6,9	13,3	-	-	1,3	6,6	-	-
INDEDUC	42,9	41,6	-	-	34,2	40,2	-	-
NINF	97,0	99,6	-	-	96,3	97,8	-	-
JORN	34,9	40,5	-	-	32,0	42,6	-	-
CART	20,3	35,5	-	-	0,8	3,9	-	-
PREV	20,7	35,5	-	-	1,0	4,2	-	-
INDFORMAL	43,2	52,7	-	-	32,5	37,1	-	-
NPOB	55,4	59,4	-	-	44,7	37,7	-	-
REND <sup>1</sup>	370,75	430,65	-	-	292,39	293,21	-	-
RENDP	53,3	67,6	-	-	34,6	34,8	-	-
INDRENDA	54,4	63,5	-	-	39,7	36,2	-	-
AUXMOR	44,7	49,9	-	-	29,9	25,5	-	-
AUXALIM	49,7	53,6	-	-	47,6	48,6	-	-
AUXTRANS	14,1	21,4	-	-	20,8	13,8	-	-
AUXEDUC	1,1	0,0	-	-	0,0	0,0	-	-
AUXSAU	8,4	2,9	-	-	0,7	0,9	-	-
INDAUX	23,6	25,6	-	-	19,8	17,8	-	-
IQE	41,0	45,9	-	-	31,5	32,8	-	-

<sup>1</sup>Valores em R\$, corrigidos para setembro de 2005 pelo INPC do IBGE.

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela A.1.3 - Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Urbano e Rural, Região Nordeste, 2001 e 2004**

Índices Parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDALF	52,6	64,0	47,6	53,2	53,4	65,6	51,3	60,3
INDESC1	36,1	36,0	37,3	37,6	40,7	41,1	42,4	41,5
INDESC2	4,3	9,8	1,7	2,9	1,0	3,1	1,2	2,0
INDEDUC	31,0	36,6	28,9	31,2	31,7	36,6	31,6	34,6
NINF	97,3	97,8	97,5	97,8	94,2	96,3	92,9	95,8
JORN	41,8	48,5	45,9	49,5	63,9	63,0	72,8	74,8
CART	36,6	43,0	29,1	33,4	5,6	9,7	2,6	5,7
PREV	37,4	43,5	29,3	33,8	6,3	10,2	2,8	6,0
INDFORMAL	53,3	58,2	50,4	53,6	42,5	44,8	42,8	45,6
NPOB	32,0	31,9	27,2	23,1	10,1	11,5	4,9	6,5
REND <sup>1</sup>	282,31	316,77	245,58	256,99	171,95	185,20	147,54	166,50
RENDP	32,2	40,4	23,4	26,1	5,8	9,0	0,0	4,5
INDREND A	32,1	36,2	25,3	24,6	8,0	10,2	2,4	5,5
AUXMOR	20,0	14,2	55,8	50,5	7,0	7,0	10,1	9,6
AUXALIM	22,4	20,8	17,6	15,5	16,1	19,1	17,5	17,4
AUXTRANS	21,4	26,0	9,0	12,6	13,0	15,9	4,1	8,4
AUXEDUC	1,5	0,5	0,3	0,3	0,3	0,2	0,1	0,0
AUXSAU	5,4	3,3	1,9	4,7	1,1	0,9	0,4	0,3
INDAUX	14,2	13,0	16,9	16,7	7,5	8,6	6,4	7,1
IQE	32,6	36,0	30,4	31,5	22,4	25,1	20,8	23,2

<sup>1</sup>Valores em R\$, corrigidos para setembro de 2005 pelo INPC do IBGE.

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela A.1.4 - Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Urbano e Rural, Região Centro-Oeste, 2001 e 2004**

Índices Parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDALF	75,0	80,7	80,9	84,0	68,5	73,7	68,6	69,4
INDESC1	45,4	42,0	48,3	45,2	46,1	42,4	45,0	40,7
INDESC2	8,4	10,3	6,2	9,0	4,5	2,7	4,8	3,8
INDEDUC	43,0	44,3	45,1	46,1	39,7	39,6	39,5	38,0
NINF	98,4	98,0	97,9	99,2	98,2	94,2	99,2	96,3
JORN	19,1	21,7	19,5	19,1	17,3	25,4	29,1	29,3
CART	38,9	49,2	48,6	56,8	13,2	10,7	1,6	0,6
PREV	39,5	49,9	49,3	57,6	13,9	11,1	2,4	0,6
INDFORMAL	49,0	54,7	53,8	58,2	35,6	35,4	33,1	31,7
NPOB	77,5	82,4	81,6	82,4	58,3	58,7	45,2	51,6
REND <sup>1</sup>	561,02	566,16	518,21	535,52	329,91	347,92	268,40	309,20
RENDP	98,8	100,0	88,5	92,7	43,6	47,9	28,9	38,6
INDREND A	88,1	91,2	85,1	87,6	50,9	53,3	37,0	45,1
AUXMOR	37,3	35,9	87,1	86,2	12,5	13,6	16,3	15,6
AUXALIM	53,6	56,7	44,3	45,2	43,0	38,3	54,8	40,8
AUXTRANS	29,2	36,9	12,1	17,2	39,4	27,2	7,3	9,3
AUXEDUC	0,6	0,6	0,8	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AUXSAU	4,8	7,6	10,1	7,7	2,1	2,3	0,8	1,2
INDAUX	25,1	27,6	30,9	31,5	19,4	16,3	15,8	13,4
IQE	51,3	54,4	53,7	55,8	36,4	36,1	31,3	32,0

<sup>1</sup>Valores em R\$, corrigidos para setembro de 2005 pelo INPC do IBGE.

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela A.1.5 - Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Urbano e Rural, Região Sudeste, 2001 e 2004**

Índices Parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDALF	82,6	83,7	77,6	79,2	78,3	82,4	73,0	80,9
INDESC1	51,6	43,7	53,4	52,0	49,1	46,4	53,6	49,9
INDESC2	8,4	13,7	5,6	6,8	6,0	7,3	3,8	5,5
INDEDUC	47,5	47,1	45,5	46,0	44,5	45,3	43,5	45,4
NINF	98,8	98,8	97,9	98,4	97,7	97,9	92,8	95,1
JORN	34,0	40,6	31,6	36,6	35,3	45,9	53,9	55,7
CART	62,8	66,5	51,0	52,0	29,0	44,0	4,4	9,5
PREV	63,5	67,7	52,7	53,0	29,4	44,7	4,7	9,9
INDFORMAL	64,7	68,4	58,3	60,0	47,9	58,1	39,0	42,6
NPOB	67,4	67,4	54,4	49,4	46,1	51,2	18,6	21,8
REND <sup>1</sup>	430,72	423,95	363,86	354,51	301,07	342,73	202,82	228,24
RENDP	67,6	66,0	51,7	49,4	36,7	46,6	13,2	19,3
INDREND A	67,5	66,7	53,0	49,4	41,4	48,9	15,9	20,6
AUXMOR	6,2	9,5	74,7	67,5	2,6	2,6	12,4	14,7
AUXALIM	24,9	33,4	29,0	28,9	6,6	9,1	12,9	16,6
AUXTRANS	41,7	47,8	5,6	4,6	47,4	54,8	5,9	8,0
AUXEDUC	0,4	1,6	0,1	0,0	0,0	0,0	0,4	0,2
AUXSAU	8,9	10,0	3,9	3,2	2,8	3,4	1,3	4,2
INDAUX	16,4	20,4	22,6	20,8	11,9	14,0	6,6	8,7
<b>IQE</b>	<b>49,0</b>	<b>50,6</b>	<b>44,9</b>	<b>44,1</b>	<b>36,4</b>	<b>41,6</b>	<b>26,2</b>	<b>29,3</b>

<sup>1</sup>Valores em R\$, corrigidos para setembro de 2005 pelo INPC do IBGE.

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela A.1.6 - Índice de Qualidade do Emprego (IQE) dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Urbano e Rural, Região Sul, 2001 e 2004**

Índices Parciais e IQE	Empregado permanente				Empregado temporário			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
INDALF	81,7	84,9	86,7	89,1	67,6	74,2	84,2	81,6
INDESC1	43,6	39,6	52,0	46,6	44,8	39,7	58,9	44,0
INDESC2	10,5	19,6	6,8	7,7	4,3	7,8	5,9	8,3
INDEDUC	45,3	48,0	48,5	47,8	38,9	40,6	49,7	44,6
NINF	98,2	96,0	97,3	98,9	94,1	95,1	90,8	96,3
JORN	30,9	35,3	31,6	33,2	43,4	51,7	44,4	47,3
CART	47,5	55,5	50,9	56,0	6,9	2,9	0,0	3,5
PREV	47,5	56,4	53,2	57,0	8,2	2,9	0,0	4,1
INDFORMAL	56,0	60,8	58,2	61,3	38,1	38,2	33,8	37,8
NPOB	67,7	70,9	65,7	69,6	34,0	32,1	28,1	30,7
REND <sup>1</sup>	371,34	525,64	371,31	424,43	226,75	254,85	209,42	243,58
RENDP	53,5	90,3	53,5	66,1	18,9	25,6	14,8	22,9
INDREND A	60,6	80,6	59,6	67,9	26,4	28,9	21,5	26,8
AUXMOR	24,8	21,8	68,4	70,2	9,5	4,8	12,1	13,6
AUXALIM	40,9	37,6	28,7	37,7	15,7	18,4	22,8	18,2
AUXTRANS	28,8	37,2	5,7	6,0	19,0	30,5	7,5	10,6
AUXEDUC	1,4	0,0	0,7	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0
AUXSAU	13,0	10,8	4,4	8,9	3,2	0,7	2,0	3,5
INDAUX	21,8	21,5	21,6	24,9	9,5	10,9	8,9	9,2
<b>IQE</b>	<b>45,9</b>	<b>52,7</b>	<b>47,0</b>	<b>50,5</b>	<b>28,2</b>	<b>29,6</b>	<b>28,5</b>	<b>29,6</b>

<sup>1</sup>Valores em R\$, corrigidos para setembro de 2005 pelo INPC do IBGE.

Fonte: Elaborada a partir dos microdados da PNAD.